



CIDADE OCIDENTAL-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL - GOIÁS

Assistente Social

EDITAL DE ABERTURA Nº 02/2023

CÓD: SL-093AG-23
7908433240624

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados.....	9
2. Interpretação de textos de gêneros textuais variados.....	15
3. Modos de enunciação presentes no texto.....	18
4. Gramática normativa.....	18
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.....	20
6. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).....	22
7. Progressão temática.....	25
8. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.....	25
9. Elementos de sequenciação textual: referência, substituição, repetição, conectores e outros elementos.....	26
10. Tipos de argumento.....	27
11. Classificação gramatical.....	28
12. Processo de formação de palavras.....	36
13. Análise morfosintática. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração.....	37
14. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa.....	40
15. Concordância verbal e nominal.....	41
16. Regência verbal e nominal.....	42
17. Colocação pronominal.....	44
18. Pontuação.....	45

Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.....	55
2. Noções de Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples.....	59
3. Noções de Estatística.....	61
4. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos.....	62
5. Medidas de centralidade e medidas de dispersão.....	65
6. Noções de Probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios.....	66
7. Regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: razão, proporção.....	68
8. porcentagem, descontos simples.....	70
9. juros simples e compostos.....	71
10. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.....	73
11. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos.....	74
12. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial e modulares.....	77
13. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.....	88
14. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro, áreas.....	92
15. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas, volumes.....	94

Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Cidade Ocidental-GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos. Mundo do trabalho. Mobilidade e migrações. Emergências de saúde, surtos e epidemias. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais e políticas ambientais.....	103
2. Formação histórico-territorial de Goiás.....	103
3. A colonização de Goiás.....	104
4. A independência de Goiás.....	105
5. Goiás no período imperial.....	105
6. Política e sociedade em Goiás na República.....	106
7. A construção de Goiânia e a mudança da capital.....	106
8. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás.....	107
9. A economia goiana no contexto nacional.....	114
10. População e urbanização de Goiás.....	115
11. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. Natureza, cultura e turismo na Cidade Ocidental e no estado de Goiás.....	121
12. História dos quilombos.....	129

Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfico usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado. 3. Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos. Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	135
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	160
3. Procedimentos de backup.....	161
4. gerenciamento de impressão.....	162
5. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip.....	163
6. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	163
7. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos; recursos voltados à automação de documentos).....	164
8. Planilha eletrônica (tipos de dados e referências; criação de planilhas e gráficos; inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha; configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros; obtenção de dados de fontes externas).....	172
9. Gerador de apresentação (criação de slides; formatação e inserção de imagens e objetos; efeitos de transição e animações; apresentação de slides; exportação para o formato PDF).....	178
10. Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico.....	185
11. Serviços de correio eletrônico.....	191

Conhecimentos Específicos

Assistente Social

1. A crise contemporânea e suas transformações na sociedade capitalista	195
2. Estado, Sociedade e questão social	201
3. Política social, cidadania e direitos	233
4. A política da seguridade social no Brasil: concepção, marco legal, gestão, financiamento e controle social	246
5. Política de Saúde, Política de Assistência Social e a Previdência Social	247
6. Saúde e Serviço Social.....	248
7. Reforma Sanitária e Serviço Social.....	259
8. Serviço Social e Controle Social no SUS.....	261
9. Cotidiano e ética no exercício profissional dos assistentes sociais nos serviços de saúde	266
10. Políticas de saúde no SUS: Política Nacional de Saúde Mental.....	282
11. Política Nacional sobre Drogas.....	293
12. Política Nacional de Promoção da Saúde.....	298
13. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança	299
14. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.....	307
15. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.....	309
16. Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	314
17. Configuração recente da Política Social no Brasil.....	321
18. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.....	321
19. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro	331
20. Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social	333
21. Programas e projetos nas instituições públicas	353
22. Política pública de Educação: tendências, perspectivas, regulamentação e atuação do Assistente Social.....	387
23. Políticas de cotas, ações afirmativas e assistência estudantil	401
24. O trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade	403
25. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social.....	413

tas a realização de uma crítica social). Para exemplo, destacamos os seguintes romancistas brasileiros: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Eça de Queiroz, entre outros.

Conto

É um texto narrativo breve, e de **ficção**, geralmente em prosa, que conta situações rotineiras, anedotas e até folclores. Inicialmente, fazia parte da literatura oral. *Boccaccio* foi o primeiro a reproduzi-lo de forma escrita com a publicação de *Decamerão*.

Ele é um gênero da esfera literária e se caracteriza por ser uma narrativa densa e concisa, a qual se desenvolve em torno de uma única ação. Geralmente, o leitor é colocado no interior de uma ação já em desenvolvimento. Não há muita especificação sobre o antes e nem sobre o depois desse recorte que é narrado no conto. Há a construção de uma tensão ao longo de todo o conto.

Diversos contos são desenvolvidos na tipologia textual narrativa: conto de fadas, que envolve personagens do mundo da fantasia; contos de aventura, que envolvem personagens em um contexto mais próximo da realidade; contos folclóricos (conto popular); contos de terror ou assombração, que se desenrolam em um contexto sombrio e objetivam causar medo no espectador; contos de mistério, que envolvem o suspense e a solução de um mistério.

Fábula

É um texto de caráter fantástico que busca ser inverossímil. As personagens principais não são humanos e a finalidade é transmitir alguma lição de moral.

Novela

É um texto caracterizado por ser intermediário entre a longevidade do romance e a brevidade do conto. Esse gênero é constituído por uma grande quantidade de personagens organizadas em diferentes núcleos, os quais nem sempre convivem ao longo do enredo. Como exemplos de novelas, podem ser citadas as obras *O Alienista*, de Machado de Assis, e *A Metamorfose*, de Kafka.

Crônica

É uma narrativa informal, breve, ligada à **vida cotidiana**, com linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou um toque de crítica indireta, especialmente, quando aparece em seção ou artigo de jornal, revistas e programas da TV. Há na literatura brasileira vários cronistas renomados, dentre eles citamos para seu conhecimento: Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga, Fernando Sabido entre outros.

Diário

É escrito em linguagem informal, sempre consta a data e não há um destinatário específico, geralmente, é para a própria pessoa que está escrevendo, é um relato dos acontecimentos do dia. O objetivo desse tipo de texto é guardar as lembranças e em alguns momentos desabafar. Veja um exemplo:

“Domingo, 14 de junho de 1942

Vou começar a partir do momento em que ganhei você, quando o vi na mesa, no meio dos meus outros presentes de aniversário. (Eu estava junto quando você foi comprado, e com isso eu não contava.)

Na sexta-feira, 12 de junho, acordei às seis horas, o que não é de espantar; afinal, era meu aniversário. Mas não me deixam levantar a essa hora; por isso, tive de controlar minha curiosidade até quinze para as sete. Quando não dava mais para esperar, fui até a sala de jantar, onde Moortje (a gata) me deu as boas-vindas, esfregando-se em minhas pernas.”

Trecho retirado do livro “Diário de Anne Frank”.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual descritivo

Currículo

É um gênero predominantemente do tipo textual descritivo. Nele são descritas as qualificações e as atividades profissionais de uma determinada pessoa.

Laudo

É um gênero predominantemente do tipo textual descritivo. Sua função é descrever o resultado de análises, exames e perícias, tanto em questões médicas como em questões técnicas.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos descritivos são: folhetos turísticos; cardápios de restaurantes; classificados; etc.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual expositivo

Resumos e Resenhas

O autor faz uma descrição breve sobre a obra (pode ser cinematográfica, musical, teatral ou literária) a fim de divulgar este trabalho de forma resumida.

Na verdade resumo e/ou resenha é uma análise sobre a obra, com uma linguagem mais ou menos formal, geralmente os resenhistas são pessoas da área devido o vocabulário específico, são estudiosos do assunto, e podem influenciar a venda do produto devido a suas críticas ou elogios.

Verbetes de dicionário

Gênero predominantemente expositivo. O objetivo é expor conceitos e significados de palavras de uma língua.

Relatório Científico

Gênero predominantemente expositivo. Descreve etapas de pesquisa, bem como caracteriza procedimentos realizados.

Conferência

Predominantemente expositivo. Pode ser argumentativo também. Expõe conhecimentos e pontos de vistas sobre determinado assunto. Gênero executado, muitas vezes, na modalidade oral.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos expositivos são: enciclopédias; resumos escolares; etc.

Conjunto dos Números Reais (R)

O conjunto dos números reais é representado pelo R e é formado pela junção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Não esqueça que o conjunto dos racionais é a união dos conjuntos naturais e inteiros. Podemos dizer que entre dois números reais existem infinitos números.

Entre os conjuntos números reais, temos:

$R^* = \{X \in R \mid X \neq 0\}$: **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NÃO-NULOS.**

$R^+ = \{X \in R \mid X \geq 0\}$: **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NÃO-NEGATIVOS.**

$R^{*+} = \{X \in R \mid X > 0\}$: **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS POSITIVOS.**

$R^- = \{X \in R \mid X \leq 0\}$: **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NÃO-POSITIVOS.**

$R^{*-} = \{X \in R \mid X < 0\}$: **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NEGATIVOS.**

— **Múltiplos e Divisores**

Os conceitos de múltiplos e divisores de um número natural estendem-se para o conjunto dos números inteiros². Quando tratamos do assunto múltiplos e divisores, referimo-nos a conjuntos numéricos que satisfazem algumas condições. Os múltiplos são encontrados após a multiplicação por números inteiros, e os divisores são números divisíveis por um certo número.

Devido a isso, encontraremos subconjuntos dos números inteiros, pois os elementos dos conjuntos dos múltiplos e divisores são elementos do conjunto dos números inteiros. Para entender o que são números primos, é necessário compreender o conceito de divisores.

Múltiplos de um Número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, o número a é múltiplo de b se, e somente se, existir um número inteiro k tal que $a = b \cdot k$. Desse modo, o conjunto dos múltiplos de a é obtido multiplicando a por todos os números inteiros, os resultados dessas multiplicações são os múltiplos de a.

Por exemplo, listemos os 12 primeiros múltiplos de 2. Para isso temos que multiplicar o número 2 pelos 12 primeiros números inteiros, assim:

- $2 \cdot 1 = 2$
- $2 \cdot 2 = 4$
- $2 \cdot 3 = 6$
- $2 \cdot 4 = 8$
- $2 \cdot 5 = 10$
- $2 \cdot 6 = 12$
- $2 \cdot 7 = 14$
- $2 \cdot 8 = 16$
- $2 \cdot 9 = 18$
- $2 \cdot 10 = 20$
- $2 \cdot 11 = 22$
- $2 \cdot 12 = 24$

Portanto, os múltiplos de 2 são:

$M(2) = \{2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24\}$

Observe que listamos somente os 12 primeiros números, mas poderíamos ter listado quantos fossem necessários, pois a lista de múltiplos é dada pela multiplicação de um número por todos os inteiros. Assim, o conjunto dos múltiplos é infinito.

Para verificar se um número é ou não múltiplo de outro, devemos encontrar um número inteiro de forma que a multiplicação entre eles resulte no primeiro número. Veja os exemplos:

– O número 49 é múltiplo de 7, pois existe número inteiro que, multiplicado por 7, resulta em 49.

$49 = 7 \cdot 7$

– O número 324 é múltiplo de 3, pois existe número inteiro que, multiplicado por 3, resulta em 324.

$324 = 3 \cdot 108$

– O número 523 não é múltiplo de 2, pois não existe número inteiro que, multiplicado por 2, resulte em 523.

$523 = 2 \cdot ?$

• **Múltiplos de 4**

Como vimos, para determinar os múltiplos do número 4, devemos multiplicar o número 4 por números inteiros. Assim:

- $4 \cdot 1 = 4$
- $4 \cdot 2 = 8$
- $4 \cdot 3 = 12$
- $4 \cdot 4 = 16$
- $4 \cdot 5 = 20$
- $4 \cdot 6 = 24$
- $4 \cdot 7 = 28$
- $4 \cdot 8 = 32$
- $4 \cdot 9 = 36$
- $4 \cdot 10 = 40$
- $4 \cdot 11 = 44$
- $4 \cdot 12 = 48$

Portanto, os múltiplos de 4 são:

$M(4) = \{4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36, 40, 44, 48, \dots\}$

Divisores de um Número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, vamos dizer que b é divisor de a se o número b for múltiplo de a, ou seja, a divisão entre b e a é exata (deve deixar resto 0).

Veja alguns exemplos:

- 22 é múltiplo de 2, então, 2 é divisor de 22.
- 63 é múltiplo de 3, logo, 3 é divisor de 63.
- 121 não é múltiplo de 10, assim, 10 não é divisor de 121.

Para listar os divisores de um número, devemos buscar os números que o dividem. Veja:

– Liste os divisores de 2, 3 e 20.

$D(2) = \{1, 2\}$

$D(3) = \{1, 3\}$

$D(20) = \{1, 2, 4, 5, 10, 20\}$

Observe que os números da lista dos divisores sempre são divisíveis pelo número em questão e que o maior valor que aparece nessa lista é o próprio número, pois nenhum número maior que ele será divisível por ele.

² <https://brasilescola.uol.com.br/matematica/multiplos-divisores.htm>

A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, a mineração entrou em rápida e completa decadência. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

Goiás pertenceu até 1749 à capitania de São Paulo. Após esta data, tornou-se capitania independente. Com o declínio do ouro, o governo adotou medidas administrativas que não trouxeram resultado satisfatório. Não havia um produto tão vantajoso que pudesse substituir o ouro, até então, sinônimo de lucro fácil. Com a economia fragilizada, a sociedade goiana regressou a uma economia rural e de subsistência.

Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente, graças a alguns fatores como a construção de Goiânia, o desbravamento do mato grosso goiano, e a campanha nacional “Marcha para o Oeste”, que culmina na década de 50 com a construção de Brasília, e imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

Já na década de 1960, o Estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Nos anos mais recentes, Goiás passa a ser um grande exportador de commodities agropecuárias, com destaque para o rápido processo de industrialização. Hoje, está inserido no comércio nacional, aprofundando e diversificando, a cada dia, suas relações com os grandes centros comerciais.

O processo de modernização agrícola na década de 1970 e o posterior desenvolvimento do setor agroindustrial na década de 1980 representaram uma nova página para o desenvolvimento do Estado de Goiás. A expansão desses setores ampliou as exportações e os elos da cadeia industrial goiana.

Apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal como estadual, foi vital para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Porém, há registros de que o setor público foi essencial para a estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Tais culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins.

A partir da década de 1990 houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.

O dinamismo econômico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso êxodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital, foram as principais responsáveis pela mudança da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital, Goiânia, as cidades da região do Entorno de Brasília, como Luziânia e Formosa, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio, como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

Goiás também se tornou um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, sendo considerado um dos Estados com maior fluxo migratório líquido do país. As principais razões para esse alto

fluxo migratório são a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econômico e também a proximidade com a capital federal, Brasília.

Fonte: Disponível em: <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>. Acesso em: 16.ago.2023

A COLONIZAÇÃO DE GOIÁS

Aos tempos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a região do atual estado de Goiás era habitada pelos índios Avás-canoeiros, tupi-guaranis e tapuias. A ocupação do território goiano teve início com Catarina Silva e as expedições de aventureiros (bandeirantes) provenientes da Capitania de São Vicente. As Bandeiras objetivavam procurar metais preciosos e capturar índios que, por sua vez, serviam como mão de obra escrava no desenvolvimento da agricultura e minas, tanto no “território dos Goyazes” quanto na Capitania de São Vicente. Além destas, outras expedições saíram do Pará, nas chamadas Descidas com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Todas essas expedições tinham como rota o território do atual estado, mas não se dava a criação de vilas permanentes e nem a manutenção de um notável número de população na região.

Com a descoberta de ouro na área, a ocupação efetiva se consolidou, tornando-se propriamente dita. Devido à descoberta de ouro em Minas Gerais (próximo à Ouro Preto) e em Mato Grosso (próximo à Cuiabá) entre 1698 e 1718, acreditava-se que a região também possuía abundância em minérios, ideia que ganhou força com a crença, de origem renascentista, de que o ouro era mais abundante quanto mais próximo da Linha do Equador e no sentido leste-oeste. Assim sendo, a busca por ouro no território se intensificou cada vez mais, fazendo deste o foco das expedições dos Bandeirantes pela região.

Um das Bandeiras mais importantes recebida pelo território goiano foi a liderada por Francisco Bueno, a primeira a encontrar ouro nestas terras, em 1682, embora em pequena quantidade. A região explorada por essa Bandeira estendeu-se das margens do Rio Araguaia até a região do atual município de Anhangüera. Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Francisco Bueno e conhecido por Anhangüera (Diabo velho), também fazia parte desta Bandeira. Segundo registros, Bartolomeu Bueno da Silva interessou-se pelo ouro que adornava algumas índias de uma tribo, mas não obteve sucesso em obter informações confiáveis sobre a localização exata desse ouro. Para descobrir a localização, Anhangüera resolveu ameaçar por fogo nas fontes e rios da região, utilizando aguardente para convencer os índios da tribo de que tinha “poderes” e meios para fazer isto acontecer. Apavorados, os índios levaram-no imediatamente às jazidas, surgindo assim o apelido “Anhangüera” (Diabo Velho ou Feiticeiro).

O filho de Anhangüera, também chamado Bartolomeu Bueno da Silva, tentou retornar aos locais onde seu pai havia passado, 40 anos após o acontecido. Bueno da Silva tinha como objetivo encontrar a “Serra dos Martírios”, um lugar fantástico onde grandes cristais aflorariam, tendo formas semelhantes a coroas, lanças e cravos, referentes à “Paixão de Cristo”. Esse lugar, místico, nunca foi encontrado, mas este acabou chegando às regiões próximas ao

vo. Os indivíduos, nessa perspectiva, são conduzidos por uma mão invisível – o mercado – a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. A “loucura das leis humanas” não pode interferir nas leis naturais da economia, donde o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “benefícios aos homens”. Trata-se, portanto, de um Estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil, na qual se localiza a virtude. Um Estado com apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos e o provimento de obras públicas, que não possam ser executadas pela iniciativa privada. Adam Smith, principal formulador dessas concepções, acreditava que os indivíduos, ao buscarem ganhos materiais, são orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, o que asseguraria a ausência da guerra de todos contra todos, preconizada por Hobbes. A coesão social se originaria na sociedade civil, com a mão invisível do mercado e o cimento ético dos sentimentos morais individuais. Não há para ele, portanto, contradição entre acumulação de riqueza e coesão social.

Esse raciocínio tornar-se-á, ao lado da ética do trabalho, amplamente hegemônico, na medida em que a sociedade burguesa se consolida. Trata-se de uma sociedade fundada no mérito de cada um em potencializar suas capacidades supostamente naturais. O liberalismo, nesse sentido, combina-se a um forte darwinismo social, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de seleção natural. Tanto que Malthus, por exemplo, recusava drasticamente as leis de proteção, responsabilizando-as pela existência de um número de pobres que ultrapassava os recursos disponíveis. A legislação social, para ele, revertia leis da natureza. Nas suas palavras: “há um direito que geralmente se pensa que o homem possui e que estou convicto de que ele não possui nem pode possuir: o direito de subsistência, quando seu trabalho não a provê devidamente”. Nesse ambiente intelectual e moral, não se devia despender recursos com os pobres, dependentes ou “passivos”, mas vigiá-los e puni-los, como bem mostrou o estudo de Foucault ou expressa a nova Lei dos Pobres de 1834. Relação semelhante se mantém com os trabalhadores: não se deve regulamentar salários, sob pena de interferir no preço natural do trabalho, definido nos movimentos naturais e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. Trata-se da negação da política e, em conseqüência, da política social.

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos político-econômicos, dos quais vale destacar dois. O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos, sendo que a luta em defesa da diminuição da jornada de trabalho, tão bem analisada por Marx (1988), foi uma forte expressão desse processo, bem como a reação da burguesia alemã frente ao crescimento da socialdemocracia, como movimento de massas, propondo os seguros sociais e a legislação de acidentes de trabalho. Vale lembrar que a vitória do movimento socialista em 1917, na Rússia, também foi importante para configurar uma atitude defensiva do capital:

- intervenção do Estado no “organismo social” seria contrária à evolução natural da sociedade, em que os menos aptos tenderiam a desaparecer.

- frente ao movimento operário; assim como as mudanças no mundo da produção, com o advento do fordismo. É que tais mudanças ofereceram maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho, direitos sociais e ganhos de produtividade, o que vai se generalizar apenas no pós guerra.

O segundo e não menos significativo processo foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado vai ser liderado por grandes monopólios, e a criação de empresas vai depender de um grande volume de investimento, dinheiro emprestado pelos bancos, numa verdadeira fusão entre o capital financeiro e o industrial, bem captada por Lênin. A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto e bárbaro nas duas grandes guerras mundiais. Mas, para além das guerras, existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado à mercê dos seus movimentos tomados como naturais: a crise de 1929/1932, também conhecida como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo.

A expressão teórica e intelectual dessa limitada autocrítica burguesa teve seu maior expoente em Keynes, com sua Teoria Geral, de 1936. A situação de desemprego generalizado dos fatores de produção – homens, matérias-primas e auxiliares, e máquinas – no contexto da depressão, indicava para ele que alguns pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política não explicavam os acontecimentos. Keynes questionou alguns deles, pois via a economia como ciência moral, não natural; considerava insuficiente a Lei de Say (Lei dos Mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução; e, nesse sentido, colocava em questão o conceito de equilíbrio econômico, segundo o qual a economia capitalista é autorregulável e tende à estabilidade.

Assim, a operação da mão invisível não necessariamente produz a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global. As escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados, podem gerar situações de crise, em que há insuficiência de demanda efetiva e ociosidade de homens e máquinas (desemprego). Especialmente, as decisões de investimento dos empresários, pelo volume de recursos que mobilizam, têm fortes impactos econômicos e sociais. Tais decisões são tomadas a partir do retorno mais imediato do capital investido e não de uma visão global e de conjunto da economia e da sociedade, o que gera inquietações sobre o futuro e o risco da recessão e do desemprego. Para Keynes, diante do animal spirit dos empresários, com sua visão de curtíssimo prazo, o Estado tem legitimidade para

o acesso, uma vez que que oferecem oportunidades a estudantes que, devido às suas condições financeiras, não vislumbravam perspectiva de ingressar e se manter no ensino superior, mas são medidas parciais e não representam a completa solução do problema das desigualdades regionais.

Segundo o autor, esses instrumentos democratizam o acesso ao ensino superior, porém necessitam ser combinados a outras políticas institucionais e estatais que fomentem programas de socialização e de apoio financeiro ao aluno, propiciando a oferta de bolsa-auxílio e moradia, dentre outros programas voltados para a melhoria da qualidade de vida nas regiões. Desigualdades regionais na educação são fortes condicionantes de perpetuação das desigualdades no mercado de trabalho, tendo em vista que baixos níveis educacionais estão diretamente relacionados a maiores taxas de desemprego, posições inferiores no mercado de trabalho e baixa remuneração.

Especificamente para a população jovem, deficiências na educação e dificuldades com a transição do sistema educacional para o mundo do trabalho podem ser consideradas também como fatores para a reconhecida realidade em que este grupo está inserido, em posições desfavoráveis no mercado de trabalho. Apesar das taxas de desemprego relativamente baixas para o conjunto da população brasileira, entre os jovens, elas são significativamente mais altas. Além disso, persiste um diferencial por sexo, importante, desfavorável às mulheres. Ao mesmo tempo, aqueles jovens que se encontram trabalhando têm maior probabilidade de estar em trabalhos informais e de menor remuneração. Segundo Muniz (2002), os períodos de cortes largas, como o caso das “ondas jovens”, seriam acompanhados pela dificuldade de se conseguir uma vaga no mercado de trabalho, devido ao excesso de oferta de mão de obra.

Por outro lado, à medida que os empregos se tornam mais restritivos, exigentes e seletivos em relação ao grau de escolaridade, estreita-se, cada vez mais, a possibilidade de inserção desses jovens em ocupações que antes eram dominadas por eles. Além dos problemas econômicos gerados pelas condições no mercado de trabalho, no grupo dos jovens, esta situação tem sido, também, comumente relacionada ao aumento da violência e da vulnerabilidade social. A violência entre os jovens tem reflexo direto nas taxas de mortalidade dessa população. Pode-se observar um rápido crescimento da mortalidade a partir dos 15 anos de idade, decorrente, especialmente dos óbitos por causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito, dentre outros, ocorrendo com maior frequência entre a população masculina. No grupo de 20 a 24 anos de idade, a taxa de mortalidade dos homens chega a ser mais de quatro vezes a mortalidade das mulheres.

Adultos

A população brasileira de 30 a 59 anos de idade apresenta crescimento, tanto na participação relativa quanto em valores absolutos, em todo o período de 2000 a 2030. Esses adultos, que correspondiam a 59,2 milhões de pessoas em 2000, representando 33,6% da população, devem alcançar 95,4 milhões em 2030, ou 42,7% da população. Todos os estados das Regiões Sudeste e Sul, além de Goiás e Distrito Federal, têm mais de 40% de sua população composta por pessoas nesse grupo etário. A Região Norte é a que apresenta os menores percentuais.

O crescimento observado nesse grupo etário tem papel fundamental na discussão sobre bônus demográfico, uma vez que esta população, se incorporada no mercado de trabalho qualificado, pode favorecer o aumento da produtividade do trabalho e do crescimento econômico.

Idosos

O segmento populacional que mais aumenta na população brasileira é o de idosos, com taxas de crescimento de mais de 4% ao ano no período de 2012 a 2022. A população com 60 anos ou mais de idade passa de 14,2 milhões, em 2000, para 19,6 milhões, em 2010, devendo atingir 41,5 milhões, em 2030, e 73,5 milhões, em 2060.

Espera-se, para os próximos 10 anos, um incremento médio de mais de 1,0 milhão de idosos anualmente. Essa situação de envelhecimento populacional é consequência, primeiramente, da rápida e contínua queda da fecundidade no País, além de ser também influenciada pela queda da mortalidade em todas as idades. Além das tendências de fecundidade e mortalidade, quando se analisa a participação dos idosos na população das Grandes Regiões e Unidades da Federação, os fluxos migratórios históricos são também determinantes.

Se, por um lado, os estados mais desenvolvidos apresentam alta concentração relativa de população idosa, especialmente em função do histórico de baixas taxas de fecundidade e mortalidade, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, diversos estados da Região Nordeste têm alta concentração de idosos em função da emigração de jovens e adultos, com diferenciais bastante significativos entre os idosos da Região Nordeste e do Centro-Sul do País. A Paraíba, por exemplo, tem um percentual de idosos na população de mais de 10%, valor próximo ao de estados como São Paulo, Paraná e Santa Catarina, mesmo com taxas de fecundidade e mortalidade mais altas.

Por outro lado, em estados como Roraima e Amapá, cerca de apenas 5% da população é composta por idosos. Nesses casos, além de apresentarem fecundidade e mortalidade mais altas que a média nacional, são regiões de alta atração populacional, especialmente de população jovem. Outro fenômeno demográfico observado entre os idosos é a concentração de mulheres nesse grupo etário. A razão de sexos para a população com mais de 60 anos de idade é de cerca de 0,8, indicando que existem aproximadamente 80 homens para cada 100 mulheres, resultado dos diferenciais de mortalidade entre os sexos, cujas taxas para a população masculina são sempre maiores do que aquelas observadas entre as mulheres.

O rápido envelhecimento da população tem profundas implicações, trazendo importantes desafios para a sociedade. Esse processo não deve ser considerado necessariamente como um problema, mas exige atenção para a discussão das formas de lidar com o fenômeno. Nesse contexto, a preocupação com as condições necessárias à manutenção da qualidade de vida das pessoas idosas tem crescido, e os temas relacionados a políticas públicas e a ações de proteção e cuidado específicos para idosos vêm adquirindo relevância inédita na agenda pública, conforme aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Políticas Sociais, 2007). A principal preocupação está na associação entre envelhecimento e dependência (Camarano; Kanso; Mello).

Em relação à associação entre envelhecimento e carga para a família, observa-se que assume, no Brasil, um caráter bidimensional. Ao mesmo tempo em que é natural a dependência do idoso em relação à família, diversos estudos têm mostrado que os idosos proveem parte da renda das famílias, especialmente em virtude dos

cial era a pessoa humana, portadora de valor soberano, criado por Deus, único ser no universo capaz de se aproximar da perfeição. O objetivo do Serviço Social era moldar este homem, integrá-lo à sociedade, aos valores, a moral e aos costumes de uma sociedade cristã, a fim de que ele alcançasse a perfectibilidade.

Somente na década de 1960 estas ideias vêm a ser questionadas, porém ainda hoje pode ser observada a presença de princípios cristãos no discurso de profissionais e alunos de Serviço Social. Não é incomum o relato de alunos que buscaram o Curso de Serviço Social a partir de uma prática ligada à Igreja.

O Positivismo

A presença do Positivismo no Serviço Social pode ser percebida quando a profissão passa a dar ênfase à instrumentalização técnica, ou seja, quando se soma à preocupação do “o que” fazer a preocupação de “como” fazer, embora esta preocupação tenha feito com que o Serviço Social caísse muitas vezes no metodismo.

O positivismo, no Serviço social, vem acompanhado do funcionalismo e adentra esta profissão através da influência do Serviço Social norte-americano, trazida, na década de 1940, pelos assistentes sociais brasileiros que foram estudar nos Estados Unidos. Esta influência vai marcar sobremaneira o Serviço Social brasileiro. Inicialmente temos a importação das técnicas norte-americanas para aplicação na realidade brasileira. Não é preciso dizer que isto causou alguns problemas, pois, segundo Aguiar (1984), a fundamentação do método e das técnicas não era analisada e traduzida para a nossa realidade, era tão somente transplantada.

Nesta fase, o Serviço Social brasileiro ainda estava marcado pelo neotomismo e pela doutrina social da Igreja, havendo, portanto, uma junção dos pressupostos neotomistas e das técnicas vindas do Serviço Social norte-americano.

O que é o Positivismo

O positivismo é uma corrente filosófica surgida na primeira metade do século XIX. Foi fundado por Augusto Comte, em contraposição às ideias que nortearam a Revolução Francesa no século XVIII. A doutrina de Comte parte do pressuposto de que a sociedade humana é regulada por leis naturais invariáveis, que independem da vontade e da ação humana. Para ele, as leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política são do mesmo tipo que as leis naturais, logo, o que predomina na sociedade é uma organização semelhante à da natureza.

Para o positivismo, a filosofia baseada nos dados da experiência é a única verdadeira. O conhecimento se afirma numa verdade comprovada, portanto, considera o método experimental o caminho para o pensamento científico e a verdade comprovada jamais é questionada.

Quem foi Augusto Comte

Aos 16 anos de idade, Comte ingressou na Escola Politécnica de Paris, fato que teve significativa influência em seu pensamento, a ponto de ele vir a considerá-la a primeira comunidade verdadeiramente científica que deveria servir como modelo de toda educação superior. Embora permanecesse por apenas dois anos nessa escola, ali

Comte recebeu a influência do trabalho intelectual de cientistas como o físico Sadi Carnot (1796-1832), o matemático Lagrange (1736-1813) e o astrônomo Pierre Simon de Laplace (1749-1827).

Um ano depois de sair da Escola Politécnica, em 1817, Comte tornou-se secretário de Saint-Simon (1760-1825), do qual receberia profunda influência. Essa ligação intelectual foi extremamente proveitosa para Comte, porém terminou de maneira tempestuosa quando Comte começou a sentir-se independente do mestre, discordando de suas ideias sobre as relações entre a ciência e a reorganização da sociedade. Comte não aceitava o fato de Saint-Simon, nesse período, deixar de lado seus planos de reforma teórica do conhecimento e dedicar-se às tarefas práticas.

A separação entre os dois ocorreu em 1824. No mesmo ano, Comte casou-se com Caroline Massin e, não tendo mais os proventos de secretário de Saint-Simon, passou a ganhar a vida dando aulas particulares de matemática. Dois anos depois, exatamente no dia 2 de abril de 1826, iniciou em sua própria casa um curso, do qual resultou uma de suas principais obras: o Curso de Filosofia Positiva, em seis volumes, publicados a partir de 1830. Em 1842, separa-se da esposa e dois anos depois publica o Discurso sobre o Espírito Positivo.

No mesmo ano, edita o volume do Curso de Filosofia Positiva, onde ataca os especialistas em matemática e afirma ter chegado o tempo de os biólogos e sociólogos ocuparem o primeiro posto no mundo intelectual.

Os últimos anos da vida de Comte transcorreram em grande solidão e desencanto, sobretudo por ter sido abandonado por Littré, seu mais famoso discípulo, que não concordava com a ideia de uma nova religião.

Principais Características do Positivismo

O positivismo rejeita o conhecimento metafísico e considera que devemos nos limitar ao conhecimento positivo, aos dados imediatos da experiência. Defende a ideia de que tanto os fenômenos da natureza como os da sociedade são regidos por leis invariáveis. A filosofia positiva se coloca no extremo oposto da especulação pura, exaltando, sobretudo, os fatos.

Os princípios fundamentais do positivismo são: a busca da explicação dos fenômenos através das relações destes e a exaltação da observação dos fatos, porém, para ligar os fatos, existe a “necessidade de uma teoria”, sem a qual é impossível que os fatos sejam percebidos. “Desde Bacon se repete que são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados, mas para entregar-se à observação nosso espírito precisa de uma teoria.” (TRIVIÑOS, 1987).

O positivismo prega a submissão da imaginação à observação, mas isto não deve transformar “a ciência real numa espécie de estéril acumulação de fatos incoerentes, porque devemos entender que o espírito positivo não está menos afastado, no fundo, do empirismo do que do misticismo.”

O positivismo proclama como função essencial da ciência sua capacidade de prever. “O verdadeiro espírito positivo consiste em ver para prever.” (TRIVIÑOS, 1987).

Para o positivismo, não interessa as causas dos fenômenos, isso não é tarefa da ciência. Isso é metafísico, e um dos traços mais característicos do positivismo é sua rejeição ao conhecimento metafísico, à metafísica.

Há no positivismo uma recusa consciente a mergulhar naquilo que não tem existência empírica. A razão só pode conhecer verdadeiramente aquilo que pode ser verificado empiricamente, seguindo o exemplo das ciências naturais. Quando a razão procurar ir além da matéria empírica, ela se perde ou retorna para o terreno da metafísica.

mente na Comissão de Legislação Social da Câmara - e devem ainda esperar de dez a quinze anos para a efetiva e generalizada aplicação de seus principais itens pela ação impositiva do Estado Novo.

As medidas tendentes à integração do proletariado durante esse período e especialmente na década de 1920 não podem ser, no entanto, inteiramente subestimadas. Em 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho e, em 1926, a ortodoxia liberal da primeira Constituição republicana é parcialmente rompida. Por meio de Emenda Constitucional a legislação do trabalho passa à alçada do Congresso Nacional, abrindo-se o caminho à intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho. Nesse ano e no seguinte são aprovadas leis que cobrem uma parcela importante da chamada “proteção ao trabalho”, como a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro-doença etc. A precária aplicação dessa legislação se limitará, nos dois principais centros urbanos, a alguns setores, principalmente não industriais, como ferroviários, marítimos e portuários, de grande participação estatal. São também setores vitais à agro-exportação, o que torna aparente a diferenciação da ação integrativa a partir do Estado sob hegemonia dos setores voltados para aquelas atividades. No essencial, no entanto, o Estado se negará a reconhecer a existência da “questão social”.

A dominação burguesa implica a organização do proletariado, ao mesmo tempo em que implica sua desorganização enquanto classe. A tentativa de controle da organização do proletariado implica que este seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Implica leis de exceção que rompam a ortodoxia liberal, intervindo abertamente no mercado de trabalho. A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle.

A República Velha, sob hegemonia dos setores burgueses ligados à agro-exportação, não assumirá de forma abrangente o controle e a reprodução da força de trabalho urbana, na medida também em que esse problema não se constitui em elemento essencial de sua dominação, e na medida em que o movimento operário por si só não fora capaz até aquele momento - pelas limitações objetivas de seu peso no todo social e por suas características intrínsecas - de forçar a ampliação de seu reconhecimento. As medidas parciais que procura implantar - e que são violentamente combatidas pelo empresariado - visam mais à ampliação de sua base de apoio e à atenuação do conflito social, sem implicarem um projeto mais amplo de canalização das reivindicações operárias, de controle de sua organização e de potencialização da acumulação.

Aos movimentos desencadeados pelo proletariado a resposta principal e mais evidente do Estado na Primeira República, diante da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, será a repressão policial. A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista. A boa sociedade da época, cujo elemento nativo principal se compõe dos setores burgueses ligados à agro-exportação e de seus prolongamentos nos setores médios mais abastados, essencialmente desconhecerá a existência da questão operária. Seu posicionamento natural variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo. Nos momentos de agudização das contradições intraoligárquicas, como durante as campanhas eleitorais, essas boas intenções não deixam de se fazer

presentes no nível da retórica e de algumas medidas assistenciais que objetivam ampliar a margem de legitimidade das diferentes facções e granjear apoio político. Será em seguida aos movimentos que marcam a conjuntura dos anos de 1917 a 1920, como será visto mais adiante, que a ação assistencialista dessa elite terá um grande desenvolvimento, constituindo-se na principal base para o surgimento do Serviço Social.

Se, por um lado, para o Estado e setores dominantes ligados à agro-exportação as relações de produção são um problema da empresa - devendo a questão operária confinar-se a seu interior - por outro, o movimento operário também não conseguirá estabelecer laços politicamente válidos com outros segmentos da sociedade, especialmente os trabalhadores do campo, que nesse momento constituem a imensa maioria da população. Restará a ele a dúvida simpatia e comiseração para com sua sorte por parte de setores médios intelectualizados, simpatia que prontamente tende a tornar-se em hostilidade ao radicalizarem-se as lutas reivindicatórias. A posição dos chamados setores médios aparece mais claramente nas dissidências de coloração principalmente militar que ocorrem na primeira metade da década de 1920. São movimentos cujas bandeiras pouco ou nada têm a ver com os interesses do proletariado e que pouco se preocuparam em procurar junto a este uma adesão ativa ou aliança política clara. Pelo contrário, pedirão apenas à “massa indiferenciada” um apoio passivo, temendo que seus objetivos sejam confundidos ou desvirtuados.

Nesse contexto a classe operária - apesar de seu progressivo adensamento? - permanece sendo, mesmo nas cidades mais industrializadas, uma minoria fortemente marcada pela origem europeia, social e politicamente isolada, inclusive das outras classes dominadas. O movimento que desenvolve pela conquista de uma cidadania social, apesar de politizado, raramente ganhará explicitamente a esfera política, permanecendo centrado no terreno das relações de produção, no embate direto e solitário com o patronato e a repressão estatal na luta, marcada pela resistência nos prolongados momentos de apatia e conformismo sob o esmagamento econômico, e pela intermitência das greves e das explosões de inconformismo, terá um saldo de vitórias bastante reduzido. Vitórias que são arrancadas palmo a palmo e fruto exclusivo de seu esforço. As ligeiras melhoras alcançadas em sua existência cotidiana - isto é, condições de vida e trabalho menos insuportáveis - não escondem, no entanto, o extraordinário crescimento de sua miséria relativa, tributo pago a um capitalismo que apenas podem expandir sua acumulação com base na superexploração da força de trabalho.

Assim, no decorrer da Primeira República, o saldo acumulativo das conquistas do movimento operário é bastante estreito. Da mesma forma o balanço de medidas estatais e particulares visando à integração, ou simples repressão do movimento operário, tendem largamente para esta última.

Quanto ao empresariado, será importante assinalar que sua preocupação com o social, seu novo espírito social, é um fenômeno recente que aparece apenas a partir da desagregação do Estado Novo e término da Segunda Guerra Mundial. Representa uma adaptação à nova fase de aprofundamento do capitalismo sob uma conjuntura política diferenciada e sua adesão às novas formas de dominação e controle do movimento operário, cuja especificidade será dada pelo populismo e desenvolvimentismo, onde a procura do consenso se sobrepõe à simples coerção. O patronato, a burguesia industrial que solidifica sua organização enquanto classe no período em foco, estará firmemente ancorada nos princípios do liberalismo do mercado de trabalho e privatismo da relação de compra e venda

Uma vez que as ações afirmativas têm guarida no texto constitucional vigente, como se depreende do artigo 3º, inciso IV. É um objetivo/princípio fundamental do Brasil a promoção do bem geral, que deve passar necessariamente pela superação de preconceitos discriminatórios (CRUZ, 2005).

Mas pelo próprio caráter da política social constituída na sociedade neoliberal, a política de ações afirmativas são estruturadas conforme os princípios do sistema econômico vigente, sendo ele que pressupõe, a focalização, a privatização e a fragmentação, as políticas sociais refletem este contexto, assim, ao serem implementadas não são universalizantes, pois, não atendem a toda a demanda na qual foram inseridas, por exemplo a “Lei de Cotas”, prevê a inclusão de parte da população que conseguiu chegar ao ensino superior, e a outra grande parte que não tem nem acesso à educação fundamental, tampouco, ensino que lhes proporciona-se o exercício de sua cidadania.

Pois, a educação desde seus primórdios instituída como direito social, foi pensada neste propósito da educação ser um instrumento de desenvolvimento humano e exercício da cidadania. E na história da educação com a população negra desde seus primórdios vamos verificar uma educação incompleta que abriu espaços para a profissionalização ou mesmo para ocupação de mão de obra barata (antigos escravos após a Abolição da escravatura), que viviam na linha de pobreza, onde a desigualdade, fome, exclusão social, a vulnerabilidade e situações de risco social, e o não acesso aos direitos, eram, e atualmente ainda fazem parte de grande parte da massa populacional negra no Brasil.

DEFICIÊNCIA

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos referidos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 1º de agosto de 2008;

Considerando que os atos internacionais em apreço entraram em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 31 de agosto de 2008;

DECRETA:

Art. 1º A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos diplomas internacionais ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PREÂMBULO

Os Estados Partes da presente Convenção,

a) Relembrando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

b) Reconhecendo que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, proclamaram e concordaram que toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie,

c) Reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação,

d) Relembrando o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias,

e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas,

f) Reconhecendo a importância dos princípios e das diretrizes de política, contidos no Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e nas Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, para influenciar a promoção, a formulação e a avaliação de políticas, planos, programas e ações em níveis nacional, regional e internacional para possibilitar maior igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência,

g) Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável,

h) Reconhecendo também que a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, configura violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano,

i) Reconhecendo ainda a diversidade das pessoas com deficiência,

j) Reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio,

44. (CESPE / CEBRASPE – Prefeitura de Pires do Rio - GO - 1. (CESPE / CEBRASPE – Prefeitura de Pires do Rio - GO - Acerca da ação investigativa e do instrumento do planejamento na prática cotidiana do assistente social, julgue o item a seguir.

A inserção da perspectiva investigativa na ação do assistente social é uma escolha profissional, ou seja, fica a critério do profissional adotá-la ou não.

- () CERTO
() ERRADO

45. (CESPE / CEBRASPE – SEE-PE)

A respeito da concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos no serviço social, julgue o item a seguir.

As práticas de avaliação podem ser um componente mediador entre a comunidade e a percepção crítica de sua ação em um projeto específico, sendo desenvolvidas a partir de perguntas avaliativas complementares, a fim de esclarecer, por exemplo, quem toma decisões ou quem assume as consequências.

- () CERTO
() ERRADO

46. (CESPE / CEBRASPE – Prefeitura de Pires do Rio - GO) - Acerca da ação investigativa e do instrumento do planejamento na prática cotidiana do assistente social, julgue o item a seguir.

A inserção da perspectiva investigativa na ação do assistente social é uma escolha profissional, ou seja, fica a critério do profissional adotá-la ou não.

- () CERTO
() ERRADO

47. (CESPE / CEBRASPE – SEE-PE) - Julgue o próximo item, referentes às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.

Os componentes curriculares do curso de serviço social são determinantes para a efetivação do estágio supervisionado e o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

- () CERTO
() ERRADO

48. (CESPE / CEBRASPE – Prefeitura de Pires do Rio - GO) - Julgue próximo item, referentes às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.

A monitoria, a iniciação científica, o projeto de extensão, o estágio supervisionado e a participação em seminários são atividades complementares elencadas nas referidas diretrizes.

- () CERTO
() ERRADO

49. (CESPE / CEBRASPE – TJ-DFT) - O planejamento se concretiza a partir de um processo de aproximações cujo centro de interesse consiste em uma situação delimitada como objeto de intervenção. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

No planejamento tradicional, diferentemente da explicação situacional, o diagnóstico é uma pré-condição para o seu desenvolvimento.

- () CERTO
() ERRADO

50. (CESPE / CEBRASPE – TJ-DF) - O planejamento se concretiza a partir de um processo de aproximações cujo centro de interesse consiste em uma situação delimitada como objeto de intervenção. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

A análise de viabilidade de um plano consiste na sua avaliação política por parte dos diferentes atores envolvidos.

- () CERTO
() ERRADO

51. (CESPE / CEBRASPE – MPE-CE) - Julgue o próximo item, relativo ao projeto ético-político do serviço social.

Nos projetos coletivos do serviço social, sempre haverá um viés de dimensão político-partidária, permeada das relações de poder.

- () CERTO
() ERRADO

52. (CESPE / CEBRASPE – FUB) - A respeito do planejamento como processo técnico-político que abrange concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos, julgue o item subsequente.

Os documentos denominados projeto, plano e programa registram níveis deliberativos provindos de um processo de planejamento.

- () CERTO
() ERRADO

53. (CESPE / CEBRASPE – TJ-AM) - Acerca da dimensão técnico-operativa do serviço social e da pesquisa social, julgue o item subsequente.

São exemplos de componentes de um projeto de pesquisa o tema, o título, os resultados esperados, o orçamento e o problema-objeto de investigação; para a formulação desse último componente, o papel da teoria é secundário.

- () CERTO
() ERRADO

54. (CESPE / CEBRASPE – MPOG) - A respeito dos instrumentos e das técnicas utilizados no serviço social, julgue o item seguinte.

O conceito de instrumental técnico-operativo inclui ações e procedimentos adotados pelo profissional na consecução de determinada finalidade.

- () CERTO
() ERRADO

55. (CESPE / CEBRASPE – MPOG) - A respeito da avaliação que consta nos processos de planejamento, implementação e monitoramento de serviços e instituições, julgue o item que se segue.

As avaliações de impacto são consideradas tecnicamente simples, com baixo custo e abordam os efeitos de uma intervenção de curto prazo.

- () CERTO
() ERRADO